

**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O EXÉRCITO
E A**



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP)

1. Preâmbulo

Este protocolo insere-se na estratégia de recrutamento contínuo de voluntários, reclamada por um sistema que visa assegurar a disponibilidade de recursos humanos qualificados e tem como finalidade a divulgação da prestação de serviço militar nos regimes de voluntariado (RV) e de contrato (RC) nos termos da Lei n.º 174/99, de 21 de Setembro (Lei do Serviço Militar) e do Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de Novembro (Regulamento da Lei do Serviço Militar), e a prestação de esclarecimentos militares no âmbito das obrigações militares a efectuar, gratuitamente, nos Serviços de Atendimento das Câmaras Municipais.

2. Identificação das partes

Entre:

- a) O **EXÉRCITO PORTUGUÊS**, como primeiro outorgante, adiante designado abreviadamente por **Exército**, neste acto representado por S. Ex.^a o Chefe do Estado-Maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho; e
- b) A **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**, como segundo outorgante, adiante designada abreviadamente por **ANMP**, neste acto representada pelo Exmo. Presidente do Conselho Directivo, Dr. Fernando de Carvalho Ruas.

É celebrado o presente protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1ª

Objecto

1. O presente protocolo estabelece o quadro de uma colaboração profícua entre a ANMP e o Exército, no âmbito de acções de divulgação da prestação de Serviço Militar em RV/RC, pelos municípios, bem como da prestação de esclarecimentos e cooperação relativa a assuntos de natureza militar.
2. O presente acordo, de carácter genérico, será implementado através da celebração de protocolos específicos, subscritos pelas Câmaras Municipais que assim o deliberam e pelo Exército, que terão por base as cláusulas seguintes.

Cláusula 2ª

Objectivo

O presente protocolo visa:

- a) Divulgar as condições de prestação de serviço militar, nomeadamente, em Regime de Voluntariado (RV) e em Regime de Contrato (RC);
- b) Prestar os esclarecimentos relativos a assuntos militares, nos Serviços de Atendimento das Câmaras Municipais, nomeadamente aqueles que dizem respeito a:
 - (1) Recenseamento Militar;
 - (2) Dia da Defesa Nacional;
 - (3) Certidões Militares;
 - (4) 2^{as} vias de Cédulas Militares;
 - (5) Contagens de Tempo de Serviço;

- (6) Requerimentos para Complemento de Pensão e Reforma (Ex-Combatentes);
- (7) Outros requerimentos.



Cláusula 3ª

Obrigações do Exército

O Exército compromete-se a:

- a) Dar formação aos recursos humanos das Câmaras Municipais sobre a divulgação do serviço militar em RV e RC e os assuntos relacionados com as obrigações militares dos cidadãos;
- b) Disponibilizar às Câmaras Municipais todos os meios de divulgação (pósteres/cartazes, trípticos e *flyers*) do serviço militar em RV e RC e demais informação relativa às obrigações militares dos cidadãos, assim como facultar os modelos de requerimento necessários ao cabal cumprimento dos objectivos preconizados;
- c) Definir os circuitos de articulação, para o que deve ser nomeado um interlocutor directo para apoio ao esclarecimento, de forma a conferir eficácia e qualidade desejável no atendimento ao cidadão;
- d) Colaborar com as Câmaras Municipais na realização de eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC.

Cláusula 4ª

Obrigações das Câmaras Municipais

As Câmaras Municipais comprometem-se a:

- a) Divulgar, a título gratuito e com recurso aos seus meios humanos, a prestação do serviço militar em RV e RC;
- b) Prestar os esclarecimentos a que for solicitado no âmbito das obrigações e outros assuntos de cariz militar;

- c) Elaborar o registo dos destinatários das acções de divulgação, bem como dos esclarecimentos prestados no atendimento ao cidadão.

TQ
2

Cláusula 5ª

Encargos financeiros

1. Os encargos financeiros decorrentes das deslocações para efeitos de formação e participação em eventos de carácter cultural, recreativo e desportivo que contribuam para a divulgação do serviço militar em RV e RC são suportados, na sua totalidade, pelo Exército.
2. Os encargos relativos ao envio de requerimentos e à prestação de esclarecimentos nos Serviços de Atendimento são suportados pelas Câmaras Municipais.

Cláusula 6ª

Prazo de vigência

1. O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e vigora pelo período de um ano, renovando-se por iguais períodos, salvo se for denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação escrita à contra-parte, com antecedência mínima de 60 dias.
2. Aos Protocolos celebrados entre o Exército e as Câmaras Municipais aplica-se o disposto no n.º 1 desta cláusula.

Cláusula 7ª

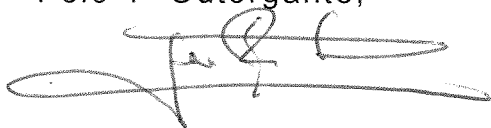
Resolução e denúncia

A violação por um dos outorgantes de qualquer das obrigações assumidas, no presente protocolo, confere ao outro outorgante o direito à resolução do mesmo, não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

Feito em duplicado, ficando cada um dos outorgantes com um exemplar.

Assim o outorgaram, em Viseu, em 28 de Março de 2011.

Pelo 1º Outorgante,



General José Luís Pinto Ramalho

Pelo 2º Outorgante,


Dr. Fernando de Carvalho Ruas